



CCPFC/ENT-AE-1396/20

|  |                         |
|--|-------------------------|
| <b>CONSELHO CIENTÍFICO-PEDAGÓGICO DA FORMAÇÃO CONTÍNUA</b> | <b>An<sub>2</sub>-A</b> |
| <b>APRESENTAÇÃO DE AÇÃO DE FORMAÇÃO</b>                    | <b>N.º</b>              |

### TÍTULO

Filosofia com Crianças e Jovens como estratégia metodológica para a formação em Educação para a Cidadania Digital

### ÁREA DE FORMAÇÃO

B - Prática pedagógica e didática na docência: formação no domínio da organização e gestão da sala de aula

### MODALIDADE

Curso de formação

### REGIME DE FREQUÊNCIA

E-learning : x | Online: x | Síncronas x | Assíncronas: |x

### DESTINATÁRIOS DA AÇÃO

Professores dos Grupos 100 (Educação Pré-Escolar) e 110 (Ensino básico: 1.º ciclo)

### DOMÍNIO CIENTÍFICO E PEDAGÓGICO

Professores dos Grupos 410 (Filosofia)

### RAZÕES JUSTIFICATIVAS DA AÇÃO E SUA INSERÇÃO NO PLANO DE ATIVIDADES DA ENTIDADE PROPONENTE: PROBLEMAS/NECESSIDADES DE FORMAÇÃO IDENTIFICADOS

A aproximação entre a Filosofia e Cidadania e em contexto digital tem por base uma mudança de paradigma das aprendizagens, que se quer mais interventivo e responsável, mais dialógico e facilitador. Constituindo a filosofia “uma contribuição para o desenvolvimento de competências imprescindíveis à construção de uma cidadania ativa” esta também será aqui trabalhada na vertente de cidadania digital. A Filosofia com Crianças e Jovens ancora-se na Crítica, Criatividade e Cidadania, indo ao encontro dos três eixos recomendados pelo Documento do Fórum Educação para a Cidadania (2008): Atitude cívica individual, Relacionamento interpessoal e Relacionamento social e intercultural. Em termos de cidadania digital, correspondem ao desenvolvimento de competências pessoais (intrapessoais), sociais (interpessoais) e digitais, visando a construção de uma Netiqueta.

### OBJETIVOS A ATINGIR

1. Familiarizar os professores com atitudes e estratégias com vista à moderação do diálogo, garantindo o seu caráter de inclusão e de respeito mútuo.
2. Promover a aprendizagem de ouvir e de valorizar as intervenções do outro, estimulando o respeito pela diferença e a tolerância perante a diversidade.
3. Aprender a estimular a intervenção dos alunos com vista à construção autónoma da sua identidade, identificando e (re)conhecendo a Crítica, a Criatividade e a Cidadania como valores de aprendizagem.

4. Desenvolver competências em estratégias de comunicação digitais, de aplicação e criação de conteúdos e de partilha de materiais, com vista à criação de uma identidade digital segura e respeitadora de diversidades culturais e geracionais

---

## CONTEÚDOS DA AÇÃO

---

Os conteúdos desta ação são:

A - Triangulação entre os documentos emanados pelo Ministério (Cidadania e as Aprendizagens essenciais da disciplina de Filosofia no secundário), o programa de Filosofia com Crianças e Jovens (FcCJ) tal como foi concebido originalmente por Lipman, e o DigCom – quadro de referências digitais comunitário.

Identificação de alguns aspetos comuns desta literatura:

1. O princípio da atividade na produção de conhecimento de si, dos outros e do mundo/comunidade envolvente em detrimento do tradicional modelo de transmissão/assimilação.
2. A necessidade do diálogo no centro das aprendizagens, da interação social, da promoção e exercício das melhores práticas de cidadania na escola e em contextos digitais.
3. A necessidade da aprendizagem extravasar das paredes de uma sala de aula: a escola abre-se ao mundo; o mundo infiltra-se, (re)pensa-se e constrói-se o [seu sentido] na escola e em contextos digitais.
4. O lugar central que o ‘Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória’ ocupa no novo paradigma e que implica necessariamente um novo e atualizado perfil do professor sensível às tecnologias digitais em educação.
5. Os potenciais perigos das tecnologias digitais quando abordadas acriticamente.
6. O lugar da Crítica, Criatividade e Intervenção ou Cidadania Ativa – os pressupostos de Lipman; definição e exploração de cada conceito e articulação com os conceitos da cidadania digital.
7. A importância do reconhecimento dos Direitos Humanos, da liberdade de expressão, da resistência à manipulação ideológica, da não adesão a discursos de ódio e da preservação da dignidade da pessoa humana, inclusive em contextos digitais, por exemplo, combatendo o cyberbullying (promoção de valores a assumir por cidadãos de uma sociedade plural de um país democrático).
8. A distinção entre os paradigmas educacionais (diretivos, colaborativos e cooperativos) e os paradigmas digitais (reter, compreender, aplicar, avaliar e criar).
9. Os princípios inerentes a uma comunidade de investigação digital: autonomia, responsabilidade e tolerância.

B- Exploração de conteúdos inerentes a uma segura, correta e autónoma aplicação da metodologia de FcCJ por parte dos formandos, tais como:

- a) O que é uma comunidade de investigação; semelhanças e diferenças em relação ao ensino tradicional;
- b) Estratégias de trabalho de texto: leitura partilhada, construção da agenda de discussão, etc.;
- c) Regras de funcionamento de uma comunidade de investigação (digital – Netiqueta);
- d) Etapas de uma sessão de FcCJ;
- e) Preparação para a moderação de uma sessão de FcCJ;
- f) Estratégias para a promoção de questionamento por parte dos formandos e de gestão do diálogo enquanto moderadores;
- g) A questão da avaliação em FcCJ;
- h) O perfil do moderador digital em FcCJ;
- i) Metodologia e netiqueta;
- j) Características dos materiais digitais e estratégias a serem trabalhadas em FcCJ;
- k) O que é um pensamento filosófico e sua partilha digital;
- l) O que é um raciocínio – reconhecimento e respeito de autoria;
- m) Abordagem crítica dos conteúdos digitais/a sua acrítica assimilação.

---

## METODOLOGIAS DE REALIZAÇÃO DA AÇÃO

---



CCPFC/ENT-AE-1396/20

|                          |                                |
|--------------------------|--------------------------------|
| <i>Presencial</i><br>21h | <i>Trabalho autónomo</i><br>9h |
|--------------------------|--------------------------------|

- As sessões com componente teórico-prática: colocação do diálogo no centro das aprendizagens, tal como se espera que os formandos procedam, de acordo com as aprendizagens realizadas, com os seus alunos posteriormente, obedecendo ao paradigma aprender fazendo.
- Realização de sessões de FcCJ com materiais digitais específicos, diversificando modelos e estratégias de comunicação, diversificando a amostragem da metodologia e ilustrando a sua potencialidade digital.
- Moderação das sessões de FcCJ pela formadora, com partilha *a posteriori* da sua preparação com os formandos, com explicação dos diferentes passos processuais tomados e planos alternativos.
- Realização de tarefas com registo na Plataforma Moodle, tendo como ponto de partida bibliografia selecionada, nas sessões assíncronas.

---

### REGIME DE AVALIAÇÃO DOS FORMANDOS

- Obrigatoriedade de frequência de 2/3 das sessões síncronas e presenciais.

- A avaliação consistirá na recolha dos materiais digitais preparados para a sessão e na descrição dos vários passos metodológicos tomados durante a sua realização, bem como na auto avaliação do seu desempenho: dúvidas, opções tomadas, planos alternativos, etc.

Os formandos serão, pois, avaliados de acordo com a sua aquisição de conhecimentos e competências, com a complexidade das tarefas realizadas, bem como com o seu grau de autonomia na sua realização, em contexto digital.

As reflexões críticas incidem sobre prós e/ou contras da adoção desta metodologia em sala de aula no âmbito da área de Cidadania e Desenvolvimento, assim como do suporte digital empregado no âmbito da sua formação.

- De acordo com os critérios previamente estabelecidos, classificados nas escala de 1 a 10, conforme indicado na Carta Circular CCPFC – 3/2007 – Setembro 2007, com a menção qualitativa de:

- 1 a 4,9 valores – Insuficiente;
- 5 a 6,4 valores – Regular;
- 6,5 a 7,9 valores – Bom;
- 8 a 8,9 valores – Muito Bom;
- 9 a 10 valores - Excelente.

---

### BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

- Martins, G. & al. (2018). Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória. Lisboa: Ministério da Educação.
- Matos, J. F. (2005). Educar para a cidadania hoje? In Carvalho, C., Sousa, F. & Pintassilgo, J. (Org.) (2005). A educação para a Cidadania como dimensão transversal do currículo escolar. Porto: Porto Editora.
- Lipman, M. (et Al.) (1980). Philosophy in the Classroom. Philadelphia: Temple University Press.
- Figueiroa-Rego, M.J. (2015). Histórias para Pensar/ Livro do Professor. Lisboa: Edições Piaget.
- DigComp – Quadro Europeu de Referência para a Competência Digital. Documento de trabalho em desenvolvimento no Laboratório de Conteúdos Digitais (LCD) do CIDTFF, Departamento de Educação e Psicologia da Universidade de Aveiro. Tradução, adaptação e validação sob responsabilidade de Margarida Lucas e António Moreira {mlucas, moreira}@ua.pt, abril 2016. Atualização com base no DigComp 2.0, fevereiro 2017.